

Sobrados e casa senhoriais de Cuiabá: um legado da memória arquitetônica de Cuiabá e seus embates identitários no curso da História

Antônio Ernani Pedroso Calháo¹⁵

Considerações iniciais

O legado de Lenine de Campos Póvoas, na obra *Sobrados e casa senhoriais de Cuiabá*, traduz-se em um cuidadoso inventário do patrimônio arquitetônico cuiabano, extremamente importante para quem quer estudar e conhecer a história da cultura mato-grossense. Ao pensar sobre a cultura de uma sociedade, especialmente em termos de uma coletividade, há que se invocar sua trajetória no tempo e no contexto espacial. Tais condições são próprias da vida, urbana ou rural.

A obra traz um retrato do tempo, com imagens e referências dos viajantes que aportaram em Cuiabá. Refere-se, por exemplo, aos comentários de Hércules Florence, de 1827, quando registra a existência, à época, de “18 ou 20 casas de sobrado”. Também há um detalhado recorte sobre as casas senhoriais, com beirais de um, dois ou três recortes, construídas sobre alicerces de pedra-canga, com paredes de taipa socada. Grandes quintais, com pomares e jardins, foram a base para a formação do verde que deu a Cuiabá o qualificativo de Cidade Verde.

15 Economista, advogado e professor. Doutor em Direito. Pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos, pelo *Ius Gentium Conimbrigae* – Centro de Direitos Humanos da Universidade de Coimbra – Portugal. Pós-doutor em Línguas Clássicas e Vernáculas, pelo Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Membro fundador do Muxirum Cuiabano e seu atual presidente. Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas e da Academia Mackenzista de Letras.

Tudo na obra retrata as marcas da arquitetura dos séculos XVIII, XIX e XX. O traçado da cidade vai se modificando: de um conceito assimétrico – com ruas estreitas e tortuosas – para uma cidade que incorporou novas formas, em parte, com perdas significativas de seu passado.

A dinâmica dessa transformação há que ser investigada a partir do processo de formação da identidade mato-grossense, composto pelas permanentes correntes migratórias. Esse dado demográfico é fundamental para se compreender a formação multifária de sua identidade.

Patrimônio material integrado ao processo identitário mato-grossense

O espaço é uma realidade dura, circundando o ambiente material. É aquele que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, e que nos dá acesso em nossas movimentações urbanas. Mas também o espaço pode figurar em nossas impressões, em nosso espírito, tornando possível retomar o passado, contido em nossa imaginação, enquanto uma lembrança (HALBWACHS, 2012, p. 170). Quando visitamos o antigo casario do centro histórico de Cuiabá, ou outra cidade, colhemos algumas sensações de suas histórias, de seus enraizamentos ou, talvez, de seus desenraizamentos. Tais sensações carregam tons imagéticos imprimindo-nos ilusões capazes de encontrar o passado no presente, que não envelhece e não perde seus encantos.

É conveniente recordar que a temática do patrimônio arquitetônico está alicerçada no conceito de raiz. Juridicamente, bens imóveis são bens de raiz. Porém, no plano da sociologia, da antropologia e da psicologia social, esta noção é mais ampla porque envolve o ser humano enquanto protagonista da vida social. Mais do que o ambiente material, nele – o ser humano – está contido o denominado processo de enraizamento. Este, na melhor literatura sobre o assunto, talvez seja a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir.

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (WEIL, 2014, p. 46).

Para além da realidade dura presente no ambiente – construção de habitações e edificações de bens imóveis –, o enraizamento abarca todo o processo de integração do homem em determinado espaço geográfico, pelo nascimento, pela profissão e pelo ambiente. Todo ser humano necessita de múltiplas raízes englobando vida moral, intelectual e espiritual, por intermédio dos ambientes a que naturalmente pertence. Quando o *Muxirum Cuiabano*¹⁶ foi fundado, o grande desafio foi reconhecer as marcas desse enraizamento em um legado tricentenário, mesclando multifárias influências do seu processo de afirmação enquanto sociedade com características próprias.

Em sua trajetória tricentenária, Cuiabá teve um percurso histórico marcado por diferentes etapas de sua estrutura de poder dentro dos quadros políticos delineados através do tempo. Perpassa a Colônia, o Império e chega à República enfrentando todas as dificuldades em razão de sua localização no extremo oeste brasileiro. A formação social do povo mato-grossense, indiscutivelmente, é marcada pelas correntes migratórias.

Como adiante se verá, ao voltar ao passado, encontrar-se-á um variado conjunto de assuntos ligados à própria manutenção das fronteiras brasileira e mato-grossense, e à descoberta do ouro. São aspectos decisivos na definição da história local, sua tradição e cultura. Em uma região habitada originariamente por povos indígenas, a migração foi e continua sendo, até hoje, um traço que promove intenso processo de miscigenação de etnias. A questão econômica, a seu turno, sempre foi o mote para a migração que inicia

16 *Muxirum Cuiabano* é um movimento da década de 80 do século XX, que iniciou o processo de sensibilização da sociedade cuiabana em torno de sua cultura e valores identitários.

com as monções. A economia, aliás, é um motor que move os povos na busca de melhores oportunidades de vida. Ligam-se a este processo migratório as balizas da fixação de múltiplas culturas carregadas por aqueles que se movimentam sobre um determinado território.

Todo esse arcabouço cobre o intrincado processo de formação da identidade cuiabana e mato-grossense. A identidade é relacional. Para que ela exista, há necessidade de algo fora dela: uma outra identidade a se relacionar pela diferença (WOODWARD, 2000, p. 14). A presença dos portugueses, espanhóis e africanos como mão de obra escrava são elementos diferenciadores que irão se miscigenar com a população indígena. A marca simbólica desse diferencial se apresenta como o *ethos* motivador da colonização, traduzida na mestiçagem que se formou a partir do século XVIII.

Desse ponto de partida, vislumbra-se a formação étnica mato-grossense. Formou-se um *lugar de memória* assentado em um processo de mestiçagem que se tornou um bastião de pertencimento de seu povo. O *lugar da memória* comporta uma tríplice dimensão: *material*, porque tem um conteúdo demográfico; *funcional*, porque garante a cristalização das lembranças e sua transmissão; e *simbólica*, porque caracteriza um acontecimento ou uma experiência vivida pelos pioneiros (NORA, 1993, p. 21).

Projetando para o espaço regional mato-grossense, o dado material ou demográfico está expresso no homem mestiço que se forma; o funcional nos remete à experiência da ocupação territorial com diferentes modos de organização social e política registrados pela história; o simbólico é o sentido projetado do passado para o presente, com práticas herdadas e cristalizadas nos costumes. Aliás, a riqueza cultural cuiabana tem o signo da hospitalidade, costume esse que se apresenta na sua culinária, em seu teatro, em suas danças, como o siriri, o cururu e o rasqueado. O bem receber é uma marca simbólica do povo cuiabano. O dito popular – *pode entrar que a casa é*

sua – bem simboliza o caráter hospitaleiro e aberto para aqueles que chegam e vivem em seu espaço.

Patrimônio histórico e preservação

“Os lugares de memória” contemplam, como dito, fatos e/ou objetos. São lembranças existentes para uma coletividade. Tiram sua força de perpetuação com base em um conjunto de pessoas integrantes de um grupo (HALBWACHS, 2012, p. 69). Reitera-se a interação tempo e espaço, com a ideia de coletividade. Portanto, os ditos “lugares de memória” pertencem à memória coletiva, nos quais se encontram edificados o patrimônio imaterial e material com as evidências dos tempos pretéritos.

Contudo, a institucionalização de políticas públicas de preservação do patrimônio público é recente. Pelo menos, grosso modo, produto da segunda metade do século XX. A invenção do patrimônio urbano histórico, acompanhada de um projeto de preservação, é uma criação inglesa, sob a pena de Ruskin. Do confronto das *idades do passado* com as *idades do presente*, cunhou-se o conceito de preservação, face à necessidade de se criarem novas modalidades de organização do espaço urbano (CHOAY, 2017, p. 175-180). Daí a identidade conceitual do patrimônio urbano histórico vertida de uma relação dialética entre história e historicidade.

Paulatinamente, a visão imagética do patrimônio urbano ganha espaço diante da escrita, valorizando a visão e a representação iconográfica. É o início da civilização da imagem, que deu novo incremento à indústria cultural, pela via do turismo. A partir de 1960, ocorreu um culto ao patrimônio, especialmente na França, que inovou a política cultural do Estado, com reflexos na União Europeia. A instituição da Convenção relativa ao patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972, pela Assembleia Geral da Unesco, universalizou os valores e as referências ocidentais acerca do assunto.

Entre as considerações que fundamentam a referida Convenção, podem-se destacar as destruições, não só pela degradação, como também pelas intervenções urbanas ditas pela urbanização e readequações das estruturas viárias das cidades. Os parques instrumentos de proteção, insulados em certas cidades e Estados, não foram suficientes para fazer frente ao processo de ampliação das vias de acesso (malha viária) e modernização, de diferentes ordens, do meio urbano.

A maioria dos monumentos e espaços públicos da era pós-medieval buscava uma política de alcance internacional. Enfim, a história da humanidade e dos povos, muitas vezes únicos e insubstituíveis, estava desaparecendo. A Convenção estabeleceu parâmetros para a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural em favor das gerações futuras. Para além do aspecto técnico, o movimento pela mundialização do patrimônio se encarregou de desenvolver um sentimento de pertencimento comum aos povos na tutela, incumbindo tal tarefa “[...] a toda coletividade internacional” (CONVENÇÃO, art. 4º).

Cinco anos mais tarde, o Brasil ratificou essa Convenção, sendo promulgada pelo Decreto nº 80.978, de 12.12.1977. O IPHAN já existia desde a era Vargas, criado com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Lei Nº 378/1937). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, previu a proteção cultural, garantindo seus direitos, o acesso às fontes e o apoio às manifestações culturais (EC nº 48/2005). Taxativamente, reconheceu a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação: registro, inventário e tombamento.

Em Cuiabá, a política de preservação do patrimônio imobiliário teve seu início como tombamento provisório em 1987, que se tornou definitivo em 1988 e homologado pelo Ministério da Cultura em 04.11.1992 (CONTE; FREIRE, 2005, p. 17). A partir de então é que o Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) deu partida aos trabalhos de construir parâmetros administrativos sobre a

preservação do patrimônio histórico. Entre eles, encontra-se a declaração de lugares de memória¹⁷. A doutrina explica que esses lugares são monumentos, praças, instituições, edifícios etc., que passam por um processo de re(significação) histórica, já que contêm as marcas e sentimentos coletivos, presentes à época de sua criação.

A memória arquitetônica cuiabana: imaginação, lembranças e a Arca de Noé

As edificações cuiabanas, desde o movimento monçoeiro, com a forte influência das expedições empreendidas pelas vias fluviais, tinham como base a taipa, as madeiras e fibras nativas, como o buriti e a bocaiuveira, disponíveis em seu meio ambiente natural. Nada mais lógico do que utilizar o patrimônio natural – barro cru, madeiras diversas e a palha – para a construção de moradias. Mas não é só. Também para o feitiço dos equipamentos de navegação – canoas monóxilas construídas preferencialmente com peroba ou chimbuva, também chamada de tamboril, pirogas e outras modalidades de embarcações pequenas, remos, zingas, sirgas – era utilizada a rica natureza mato-grossense (SILVA, 2015, p. 17).

O predomínio da taipa socada, com cobertura de palha, atravessou séculos, principalmente no meio rural. Por se tratar de uma construção simples, era praticada por toda a família, em mutirões, para a construção de moradias (ANDRADE, 2014, p. 55-56)¹⁸.

17 “Declaração de Lugares de Memória – Instrumento de proteção inédito: por meio desse reconhecimento, ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade, em consequência da ação humana ou do tempo, o Iphan poderá reconhecer a importância de seus valores simbólicos” (IPHAN, 2021). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>> Acesso em: 8 mar 2021.

18 Construções com terra – taipa de sopapo. Esta técnica é ainda muito utilizada no meio rural das regiões Norte e Nordeste, principalmente em cidades do interior, mas pode facilmente ser encontrada em todas as regiões brasileiras. Consiste em utilizar uma estrutura de madeira como suporte, que recebe o barro, literalmente jogado sobre ela. A técnica é reconhecida também por outros nomes, como: pau-a-pique, barro armado ou ainda taipa de sebe.

Em Cuiabá, especialmente pelos séculos XIX e XX, o espaço urbano ganhou novos materiais e influências. Destaca-se, por exemplo, o “sobrado da rua Galdino Pimentel”, com fachada de quinze metros, portas e sacadas simetricamente ornadas com grades de ferro, artisticamente trabalhadas. Suas bocas-de-telhas estão apoiadas em artístico beiral. Construção no estilo colonial, com grossos esteios de madeira de lei, embutidos nas paredes de “taipa socada”, com cerca de 80 cm de largura. Pertenceu, dentre outros, à família Mansur Bunlai (PÓVOAS, 1980, p. 37).

Outra característica muito presente no modelo de habitação cuiabana foi a de “casa geminada”, ou “casas de parede e meia”. Em torno dessa característica havia todo um *modus vivendi* no qual a privacidade era reduzida. As palavras ditas em voz alta eram captadas pelos vizinhos lindeiros. Em temas interessantes, era só colar o ouvido à parede para não perder o fio do assunto (RODRIGUES, 1994, p. 41). Daí que a respeitada escritora Dunga Rodrigues trouxe inúmeras lembranças dos casarões do início do século XX. Registrou a posição das construções à beira da rua, os telhados de meia-água e os beirais referidos por Lenine Póvoas.

Dos recortes do texto brotam significativas lembranças, carregadas de imagens do sistema de representação da identidade cuiabana. A casa da viúva Candinhá era toda revestida de azulejos portugueses. A loja de Gabriel de Mattos, na rua 13, tinha uma água-furtada¹⁹. As platibandas e as iniciais do proprietário da casa eram dísticos de alta hierarquia, traduzida em posses e fortuna sólida. Toda essa simbologia identitária carrega as marcas do passado, que se apresentam mediante interseção das nossas vidas com as relações sociais do espaço e tempo.

Outro aspecto importante é a leitura da formação paisagística da cidade. Para o navegante que desembarcava no porto de Cuiabá, a cidade o recebia com uma rampa calçada.

¹⁹ Encontro de duas águas em ângulo de convergência das águas de chuva.

Ao subi-la, já se avistava o perfil do velho arsenal. Uma rua, ladeada por casas toscas, levava à praça da matriz, branca e cor-de-rosa, que se erguia ladeada de duas alamedas de palmeiras imperiais.

Na década de 30, o francês Lévi-Strauss, que esteve em Cuiabá numa viagem de investigação antropológica, para estudar os indígenas que habitavam a região, assim a descreveu: “Comparativamente à cidade de Goiás, Cuiabá é menos bonita. Contudo, a cidade possui seu encanto, com suas casas austeras, projetadas a meio caminho entre o palácio e a choupana” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 217).

Sua descrição é preciosa, pois reconstrói traços da urbanização da época: apresenta um panorama dos “lugares de memória”, contido na topografia composta de vales. Do alto dos sobrados, percebia-se o verde da cidade e suas casas brancas com telhas alaranjadas, da cor da terra, circundadas pelas árvores frondosas de seus quintais. Em torno da praça central, formava-se um conjunto de ruelas e becos, próprios das cidades coloniais do século XVIII. São marcas do tempo, captadas pelo olhar de um visitante estrangeiro ao descrever a relação homem-espço urbano dos anos 30 do século passado.

Essa característica de cidade colonial protraiu-se no tempo por mais de dois séculos. Ela cresceu e se manteve sem grandes alterações até as primeiras décadas do século XX. No dizer de Amaral (1927, p. 87), “a população vive folgada dentro de seus casarões coloniais, construídos todos nos tempos dos escravos gratuitos”. Eram casas vastas, para famílias numerosas – o casal mais a sogra e 18, 25 ou 30 filhos. Essas impressões do passado se alteraram significativamente a partir da década de 70 do século XX. Novas correntes migratórias transformaram a cidade redesenhando sua estrutura econômica, social e urbana.

O certo é que esse passado colonial não resistiu à verticalização da cidade com a construção massiva de edifícios multifuncionais e equipamentos sociais urbanos diferen-

ciados. Alguns imóveis tombados, por falta de conservação e atenção, ruíram. Quadra existem na área tombada que servem de abrigo a marginais de toda ordem. Um público quase invisível de usuários de entorpecentes e prostitutas vem se apossando da região.

Os calçadões das ruas de Baixo e do Meio resistem duramente ao comércio de *shoppings centers*. As autoridades públicas se mostram omissas ou sem uma política de preservação que possa honrar o passado da cidade. O que restou está na perfeita analogia com a Arca de Noé²⁰: salvar algumas edificações da força empresarial interessada em construções modernas para documentar o passado.

Considerações finais

Buscar “*os lugares de memória*” da sociedade cuiabana implica rever o impacto imenso da abertura das novas fronteiras ao capital agroindustrial e pastoril, na metade do século passado. O *boom* migratório intensificou-se a ponto de “desnortear” a população cuiabana. Simbolicamente, o espaço urbano passou a ser habitado por brasileiros, deixando o cuiabano sem referências em sua cidade. Uma nova mestiçagem se formou, com densidade a dobrar ou triplicar a população.

Quando se examina esse impacto sobre o prisma material da identidade cuiabana, extrai-se um deslocamento de paradigmas culturais e vivenciais jamais vivido. Placas tectônicas em movimento. Um processo de *hibridização* entre culturas estava em curso, entre as identidades de origem e as de destino. Vários “*lugares de memórias*” estavam interagindo, figurativamente “*os de cá*” e os “*de lá*”; ou “*nós*” e “*eles*”, muitas vezes “*nós*” *versus* “*eles*” (CANCLINI, 2015, p. xxvi-xxvii).

20 Expressão utilizada por Françoise Choay op. cit., p. 209.

Era o início da comunicação de massa e os precedentes de uma globalização-nacionalização de Mato Grosso dentro do Brasil, a se preparar para a abertura ao novel fenômeno da *presentificação* em nível global. Tudo passa por uma nova mestiçagem híbrida das interculturalidades migratória, econômica, sem fusão, coesão, mas com confrontação e diálogo (op. cit.). Um salto no processo histórico da multiculturalidade cuiabana (mestiçagem), tendencialmente segregacionista, para uma interculturalidade brasileira.

Um novo “*lugar de memória*” cuiabano gerado por uma crise identitária passa a ocorrer. Uma espécie de diáspora, em sentido inverso. Em certos momentos, em que o Muxirum Cuiabano apareceu, o cuiabano sentia-se um apátrida, por força do intenso processo de fragmentação multipopulacional. Um certo retorno ao passado, ordenado por lendas e paisagens, histórias de eras de ouro, antigas tradições e fatos históricos se apresentaram como um antigo “*lugar de memória*” de sua terra natal (WOODWARD, 2000, p. 19-24). Por isso, o estrangeiro, “de fora”, recebeu o estereótipo de “pau-rodado”, um ato de pouca inteligência e duramente combatido, na ocasião, pelos membros do Muxirum. A hostilização dos novos migrantes (comum e inaceitável até hoje) não mudaria o fato social presente, na reformatação do movimento global em curso.

Dos anos seguintes do final do século XX, a nova mestiçagem se formou tanto no aspecto biológico – novos fenótipos – como no sentido cultural. A mistura de hábitos, crenças e formações, no plano da cultura, promoveu novas combinações identitárias. Quando vivido no presente, o passado não é estático; transmuda-se.

Referências

- AMARAL, Luiz. *A mais linda viagem*. Um “raid” de vinte mil quilômetros pelo interior brasileiro. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1927.
- ANDRADE, José Maria. *Análise do uso de cartilhas e guias de orientação para construção de habitações de interesse social*. Cuiabá: EdUFMT, 2014.
- BRASIL. Decreto nº 80.978, de 12.12.1977. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80978-12-dezembro-1977-430277-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- CANCLINI, Néstor G. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 2015.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.
- CONTE, Cláudio; FREIRE, Marcus. (Orgs.). *Centro histórico de Cuiabá, patrimônio do Brasil*. Disponível em: <<http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produto/pdf/Centro-Historico-de-Cuiaba>>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- DECLARAÇÃO DE LUGARES DE MEMÓRIA. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837>>. Acesso em: 8 mar 2021.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- RODRIGUES, Dunga. Parede e meia. In: MÜLLER, Maria de Arruda; RODRIGUES, Dunga (Orgs.). *Cuiabá ao longo de 100 anos*. Cuiabá: FIEMT, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

PÓVOAS, Lenine de C. *Sobrados e casa senhoriais de Cuiabá*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

SILVA, Rodrigo. *Monções revisitadas: patrimônio e cultura material*. Campinas: Unicamp, 2015. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%207%20-%20artigo%201.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2021.

WEIL, Simone. *O enraizamento – prelúdio para uma declaração dos deveres para com o ser humano*. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.